

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Inflação fica em 0,45% em outubro, maior taxa para o mês desde 2015	2
Título: Ana Paula Vescovi é a mais cotada para assumir a Caixa	3
Título: Aneel adota medida para baixar conta de luz em 2019	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Custos e benefícios de cada fonte de geração elétrica	6
Título: Paulo Guedes quer restringir reajuste a servidor	8
Título: Engrenagens Lubrificadas	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: » Mais é mais.	10
Título: Uma herança a preservar.....	10
Título: Tarifas resistem e têm alta de quase 10% em 12 meses	12
Título: Senado aprova corte em fundo para Educação	13
Título: A incógnita das privatizações.....	13
Título: Aneel nega parcelamentos	16
VEÍCULO: Valor Econômico.....	17
Título: Moreira ainda quer MP para destravar gasodutos.....	17
Título: Troca de térmicas a óleo por gás no NE vai expandir potência, diz EPE.....	18
Título: Curtas	20
Título: Hidrelétricas propõem acordo para GSF de 2015.....	20
Título: 'Juniors' apostam em novo marco para ter mais crédito	22
Título: Aneel rejeita pedido de geradores sobre liquidação do mercado à vista	24
Título: Curtas	25

Título: Gerdau vê país em 2019 com otimismo	26
Título: FS Bioenergia começa a construir nova usina de etanol de milho	29
Título: Variação cambial levou Biosev a fechar segundo trimestre da safra com perdas	30

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Gabriel Freitas

Título: Inflação fica em 0,45% em outubro, maior taxa para o mês desde 2015

A inflação de outubro ficou em 0,45%, o que representa uma leve desaceleração na comparação com o mês anterior, quando o percentual foi de 0,48%. O que contribuiu para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continuasse elevado foram os grupos de alimentos e de transportes.

A taxa é a maior para o mês desde 2015, quando o IPCA foi 0,82%. No acumulado em 12 meses até outubro, o percentual se mantém um pouco acima do centro da metade 4,5% estipulada pelo Banco Central (BC): 4,56%.

Em alimentos, os produtos que mais subiram foram tomate (51,27%), batata inglesa (13,67%) e frango (1,95%).

Nos transportes, todos os combustíveis tiveram desaceleração. A gasolina foi de 3,94% em setembro para 2,18% em outubro. Mesmo assim, o grupo exerceu forte impacto para a alta do IPCA, já que, junto com alimentos, representa 43% das despesas das famílias, e responde por 70% do IPCA.

Na avaliação de André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Ibre/FGV, a tendência é que alimentos e combustíveis recuem.

— Questões climáticas contribuíram para a alta dos alimentos in natura. Quando as chuvas se normalizam, os preços se ajustam. No caso dos combustíveis, a tendência é que eles desacelerem em novembro.

Luis Otávio Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil, projeta que a inflação vai terminar o ano abaixo do centro da meta: — Para o próximo mês, os

números devem vir bem baixos, influenciados pelas quedas em combustíveis e energia elétrica, que, juntos, são responsáveis por algo em torno de 8% do índice.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Ramona Ordonez E Bruno Rosa

Título: Ana Paula Vescovi é a mais cotada para assumir a Caixa

Secretária executiva da Fazenda deve integrar novo governo, assim como o atual titular do Tesouro, Mansueto Almeida

BRASÍLIA E RIO- A secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, é candidata "fortíssima" à presidência da Caixa Econômica Federal no novo governo. É como auxiliares do presidente eleito, Jair Bolsonaro, a descrevem.

Ela é favorita por ter feito uma reestruturação importante no banco, aumentando a transparência e os resultados da instituição. Segundo essas fontes, Ana Paula já manifestou interesse no cargo.

A secretária chegou a ser convidada para comandar a Fazenda do Rio, mas recusou o convite do governador eleito, Wilson Witzel. Atualmente, Ana Paula é presidente do Conselho de Administração da Caixa e foi uma das responsáveis pelo novo estatuto do banco, ajustado para melhorar a governança e reduzir o nível de ingerência política na instituição.

No entanto, um grupo de empregados ainda pressiona pela permanência do atual presidente, Nelson de Souza, que é funcionário de carreira e tem atuado em linha com Ana Paula desde que assumiu, em abril.

Outro integrante da equipe econômica de Michel Temer que pode permanecer no governo em 2019 é o atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Ele já vinha sendo sondado pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, mas estava reticente por causa de propostas econômicas ousadas de Bolsonaro, como a zerar o déficit fiscal em apenas um ano. No entanto, depois de conversar com Guedes, o secretário avaliou que a equipe de transição está com "os pés no chão" e tem uma visão realista dos desafios da economia.

DÚVIDA NA PETROBRAS

Em outro posto de destaque no próximo governo, Bolsonaro foi indagado ontem sobre a possibilidade de manter Ivan Monteiro à frente da Petrobras. O presidente eleito disse a jornalistas que "não está previsto", mas que o assunto será tratado por Guedes:

— Não está previsto não. Tem que falar com o Posto Ipiranga. Quem vai tratar deste assunto é o Paulo Guedes. A estatal não comentou. Fontes ligadas à empresa afirmaram que não houve convite oficial a Monteiro até a noite de ontem. Nos corredores da estatal, o clima é de incerteza.

Monteiro é visto como uma continuação da reestruturação da companhia iniciada por Pedro Parente, que deixou o cargo em maio. Como diretor financeiro de Parente, foi um dos principais responsáveis pela redução do endividamento da companhia.

Na terça-feira, ao anunciar o lucro de R\$ 6,6 bilhões no terceiro trimestre, Monteiro fez um balanço dos resultados nos últimos dois anos e disse esperar que o novo governo mantenha a atual política de reajuste dos combustíveis, essencial para recuperação da saúde financeira da empresa.

Ontem, as ações preferenciais da Petrobras caíram 3,27%. A Bolsa recuou 1,08%, aos 87.714 pontos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Aneel adota medida para baixar conta de luz em 2019

Agência quer antecipar pagamento de empréstimo tomado por distribuidoras. Ação pode reduzir tarifas de energia em 3%

BRASÍLIA- A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) espera fechar ainda neste mês um acordo com uma série de bancos, antecipando para 2019 o pagamento total de um empréstimo bilionário embutido nas contas de luz. A negociação, se concretizada, permitiria um corte de 3% nas tarifas de energia para os consumidores no próximo ano e de 2% em 2020, revelou André Pepitone, diretor-geral do órgão:

— Considerando que já temos recursos para a quitação, essa é uma medida que irá beneficiar o consumidor e que vai ao encontro da modicidade tarifária. As

tratativas estão em andamento. Temos a expectativa que o setor elétrico possa lograr êxito e dar essa boa notícia para o consumidor.

O empréstimo foi feito para ajudar as distribuidoras apagarem pela compra de energia ao longo de 2014 — em meio a uma baixa histórica no volume dos reservatórios das hidrelétricas — e evitar um reajuste muito elevado para os consumidores de uma só vez. A intenção, naquele momento, era diluir os valores ao longo dos anos. Os financiamentos foram tomados com um consórcio de bancos e somaram R\$ 21 bilhões, em números da época, sem contar os juros.

Três operações foram acordadas, em abril e agosto de 2014 e fevereiro de 2015. Os valores necessários para quitar a dívida seriam repassados às tarifas entre novembro de 2015 e abril de 2020. A Aneel quer agora antecipar a quitação do empréstimo e reduzir o montante a ser pago pelos consumidores. A dívida atual é de R\$ 11 bilhões.

— A gente pretende quitar o empréstimo no terceiro trimestre de 2019, como fruto de uma negociação com os bancos. Essa quitação tem potencial de redução das tarifas de 3% em 2019 e de 2% em 2020 — reforçou.

A conta de luz é composta por outros itens, como compra de energia, uso de linhas de transmissão e subsídios que ajudam a bancar ações do governo. Por isso, a redução esperada pela Aneel com a renegociação vai ajudar a "amortecer" altas previstas para os outros itens.

GARANTIA É ALTERNATIVA

Se não houver acordo com os bancos, a Aneel tem a alternativa de resgatar uma garantia de R\$ 4,2 bilhões em depósito, o que teria um impacto positivo de cerca de 2,4% na conta de luz já em 2019.

— O efeito final depende de outros fatores. Com a antecipação do pagamento, nós queremos neutralizar o potencial impacto de outros itens. É um trabalho de desoneração — disse Pepitone.

O diretor-geral da Aneel diz que o foco é reduzir as contas de luz para os consumidores, diante dos seguidos aumentos que ultrapassam a inflação — autorizados pela própria agência. Só em subsídios serão R\$ 20 bilhões neste ano, a maior parte arrecadada nas tarifas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 08/11/2018**Seção:** Tendências | Debates**Autor:** Sergio Leitão**Título:** Custos e benefícios de cada fonte de geração elétrica

Novo governo tem à disposição estudo detalhado

Diretor-executivo do instituto escolhas; fundador e diretor (2004-2005) do instituto Socioambiental e assessor para temas sociais e ambientais do ministério da Justiça (2000-2001, governo FHC)

Transformar o setor elétrico em um dos principais vetores de crescimento e desenvolvimento do Brasil é uma das promessas registradas no programa do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

O documento diz que a oferta de energia precisa ser confiável, a preços justos e competitivos internacionalmente, mas não aponta os caminhos que serão percorridos para esse desenvolvimento.

Cita o potencial da região Nordeste para a geração de energia solar e eólica, afirma que o gás natural, combinado à matriz de energia limpa, exercerá papel fundamental para garantir a segurança energética, e promete acelerar os processos de licenciamento ambiental para a construção de hidrelétricas.

A expectativa é que a partir de agora, passadas as eleições e iniciado o governo de transição, o presidente e sua equipe indiquem com mais clareza o que projetam para o setor.

Para subsidiar essa discussão e qualificar o debate a partir de dados e evidências, sem demonizar qualquer fonte, o Instituto Escolhas lançou recentemente uma metodologia inédita para o cálculo do custo total da geração de energia no Brasil. A principal inovação do estudo é criar uma valoração adequada de atributos como infraestrutura, subsídios e isenções, custos de operação e os relacionados à emissão de gases de efeito estufa.

Uma das principais conclusões é que o Brasil, até 2026, pode aumentar a participação de novas fontes renováveis —eólica, solar e biomassa— em sua matriz sem que isso acarrete custos significativos para a operação do sistema elétrico, cumprindo assim as diretrizes do Plano Decenal de energia 2026.

Hoje, mais de 80% da eletricidade usada no país já é proveniente de fontes renováveis, porém em sua maior parte hidráulica (68%).

O estudo indica ainda que, até 2035, o país pode aumentar em 68% a participação das novas renováveis em relação à previsão do PDE 2026, totalizando 44% da composição da matriz. Isso pode ocorrer sem afetar a competitividade e a atratividade dos megawatt-hora (MWh) dessas fontes para os consumidores.

Além de competitivas e com bastante espaço para o crescimento, as novas fontes renováveis apresentam o menor custo de investimento e operação em relação às demais.

Já a termelétrica é a fonte que se sai melhor quando avaliados os serviços prestados para além da produção de energia propriamente dita, como modulação (capacidade de atender à demanda durante todo o ano) e robustez (capacidade de produzir energia acima do que foi planejado). A hidrelétrica tem problemas com a sazonalidade, e a eólica e solar com a variabilidade na produção de energia. Entretanto é também a termelétrica a fonte com o maior custo ambiental para a sociedade relativo às emissões de gases de efeito estufa.

A conclusão é que nenhuma fonte sozinha tem todas as características necessárias para o melhor funcionamento do sistema. Por isso, o plano de expansão ideal para o sistema não deve necessariamente selecionar apenas a opção com o menor custo ou a mais competitiva. É a complementaridade entre as fontes a melhor e mais eficiente opção.

Até 2013, os leilões organizados pelo governo, que são a principal ferramenta de expansão do setor, consideravam exclusivamente o preço e quantidade oferecidos por cada fonte.

A partir daquele ano, passou a haver leilões separados por fonte, o que possibilitou a contratação de energia de uma fonte desejada, mesmo que o seu preço fosse maior, mas ainda sem calcular as vantagens e desvantagens de cada uma, já que até então não havia uma metodologia para dar valor a esses atributos.

De posse do modelo gerado pelo estudo, o novo governo tem agora a oportunidade de inovar, de forma técnica e transparente, no planejamento do setor, incorporando os custos e benefícios econômicos das fontes de geração para definir quanto de energia de cada fonte é recomendável contratar e que, de fato, será a melhor opção para o país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 08/11/2018****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: Paulo Guedes quer restringir reajuste a servidor**

Estratégia do futuro ministro da Economia é adiar o aumento salarial em 2019 e se manter 'linha-dura' nas negociações seguintes

A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), pretende ser linha-dura nas negociações de reajuste dos salários dos servidores públicos. A estratégia é conseguir não só o adiamento do reajuste dos servidores de 2019 para 2020, como também restringir aumentos nos anos seguintes do mandato, segundo apurou o 'Estado/Broadcast'.

A intenção é conceder "nada além" do que a legislação obriga. A folha de pessoal é a segunda maior despesa do Orçamento, depois dos benefícios previdenciários, e o item dos gastos obrigatórios onde há margem de manobra para cortes. O governo de transição articula nos bastidores a aprovação da medida provisória (MP) que adia o reajuste, encaminhada em setembro pelo governo Michel Temer.

A aprovação é um dos itens prioritários na agenda de interesse do novo governo com o Congresso – e vai exigir uma boa articulação com os parlamentares. Ontem, contrariando a vontade de Bolsonaro, o Senado aprovou um reajuste de 16,38% para o Judiciário (leia mais na pág. A8).

A prioridade zero da equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, é "cortar e cortar" as despesas, disse um integrante da equipe de transição de Bolsonaro. Para acelerar o ajuste, o time da transição avança na elaboração de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com instrumentos para desamarrar o Orçamento das diversas vinculações.

O governo só pode dispor livremente de 7,1% das despesas previstas no Orçamento de 2019, o primeiro do próximo presidente.

Gatilhos.

A equipe de Bolsonaro também conta como aliados os gatilhos que podem ser acionados em caso de descumprimento do teto de gastos.

A emenda constitucional que criou o limitador de despesas prevê uma série de ações a serem adotadas, como a proibição de reajuste salarial, criação de cargos e concessão de novas renúncias. O risco de estouro do teto não é visto como algo tão grave num contexto em que as medidas forem sendo adotadas. O importante, na visão da equipe, é o efeito “econômico” da política que for adotada.

É nesse cenário que se insere a necessidade de pagamento à Petrobrás do valor devido pela União na revisão do contrato de cessão onerosa de exploração do pré-sal para abrir caminho ao megaleilão que pode render R\$ 100 bilhões. O grupo da transição recebeu informações de que o Tesouro pode ficar com pelo menos R\$ 60 bilhões do resultado do leilão, após pagar a Petrobrás.

O problema é que o teto de gasto não comporta o pagamento bilionário à estatal, de teria de ser registrado no Orçamento. A equipe defende que não seja feita nenhuma manobra para escapar do teto, mesmo que para isso ele seja descumprido, o que acionaria os gatilhos, considerados importantes “armas” para o ajuste fiscal. O leilão na área de telecomunicações (5G de telefonia celular) também é uma importante fonte de recursos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Engrenagens Lubrificadas

Mercado Aberto

A petroleira malaia Petronas vai investir pelo menos US\$ 15 milhões (cerca de R\$ 56 milhões no câmbio atual) em sua área de lubrificantes do Brasil no ano que vem.

"O plano é aportar outros US\$ 50 milhões (R\$ 186 milhões) nos próximos anos", diz Giuseppe DArrigo, diretor-executivo global da área.

"É um mercado muito complicado, e a operação tem mantido sua fatia das vendas, mesmo em um cenário difícil. Estamos convencidos de que, se a oportunidade chegar, poderemos aumentar o nível de investimento."

A companhia aportou quase R\$ 33 milhões neste ano em um centro de pesquisa e tecnologia em Contagem (MG), que deverá receber novos recursos à medida que se desenvolve, afirma.

A modernização da fábrica na mesma cidade e o setor de marketing também serão fortalecidos.

A linha de produtos voltada ao segmento agrícola tem sido a mais bem-sucedida no país nos últimos anos, mas a companhia prevê um incremento nos setores industrial e automotivo a partir de 2019, segundo Guilherme de Paula, diretor para as Américas.

"Deveremos crescer 3% no ano que vem, um pouco acima do PIB", diz ele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Mais é mais.

Coluna do Broadcast

A expectativa da Austral é ainda mais otimista para os próximos anos diante das novas rodadas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e **biocombustíveis** (ANP) e a diversificação das operadoras que devem movimentar toda a cadeia de fornecedores. A expectativa, conforme o CEO da Austral Seguradora, Carlos Frederico Ferreira, é de que os leilões gerem até US\$ 40 milhões em prêmios, impulsionando o setor de riscos de petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Uma herança a preservar

Um dos melhores legados do presidente Michel Temer a seu sucessor será uma inflação moderada e próxima da meta de 4,50%, resultado muito provável, segundo analistas do setor privado e também do Banco Central (BC). Se os preços continuarem bem-comportados, em 2019, o próximo governo poderá concentrar-se em tarefas essenciais para a consolidação de uma nova fase de

prosperidade. Essa agenda inclui a estabilização das finanças públicas e a promoção de reformas necessárias a uma economia mais segura e mais dinâmica.

Afetada por fatores externos e pela incerteza política interna, a inflação oficial chegou a 3,81% neste ano, até outubro, e a 4,56% em 12 meses. No mês passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ainda subiu 0,45%. Pouco menor que o de setembro (0,48%), o aumento foi, no entanto, o maior para o mês de outubro desde 2015, quando chegou a 0,82%. O último bimestre deste ano, segundo economistas do mercado, deve ser bem mais tranquilo. Há vários argumentos a favor da aposta em preços mais comportados em novembro e dezembro. Cerca de 70% da alta do IPCA em outubro foram determinados por apenas dois dos nove grandes itens – alimentação e transportes.

O principal componente deste último item, o preço dos combustíveis, subiu 2,44% no mês e contribuiu sozinho com quase um terço do aumento geral de 0,45%. Em novembro, o já anunciado aumento do gás de botijão deve ser mais que compensado pelo corte do preço da gasolina. A energia elétrica, segunda maior fonte de pressão inflacionária em 12 meses, com alta acumulada de 16,69%, deve pesar menos, com a troca da bandeira tarifária vermelha pela amarela. As maiores pressões sobre o custo de vida têm ocorrido nos itens monitorados, como combustíveis, energia elétrica, transporte aéreo e transporte municipal.

O mercado tem menor influência na determinação desses preços. Nas áreas onde a influência do consumidor é considerável a maioria dos preços tem sido mais estável – e este dado constitui um argumento considerável no exame das perspectivas de curto e de médio prazos. Dois dados muito significativos são ressaltados pelo economista Fernando Gonçalves, gerente da Coordenação de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação de serviços, bom reflexo do impacto da demanda do consumidor, ficou em 0,17% em outubro e em 3,03% em 12 meses, a menor taxa da série iniciada em 2012. O outro dado é a desocupação. O desemprego tem diminuído, mas a taxa de 11,9% é muito alta e, além disso, a maioria das contratações tem sido sem carteira assinada. Quem conseguiu emprego nos últimos meses continua inseguro e, por isso, cauteloso nas despesas, comenta o gerente do IBGE.

As condições de emprego ainda ruins devem, portanto, continuar freando por algum tempo a demanda e a alta de preços ao consumidor. A curto prazo, portanto, há condições para o Banco Central (BC) continuar mantendo em 6,50% a taxa básica de juros, como ocorreu na reunião do Comitê de Política

Monetária (Copom) no fim de outubro. Com muita mão de obra desocupada ou subutilizada e ampla ociosidade no parque de máquinas e equipamentos, há espaço para alguma recuperação da economia sem forte pressão inflacionária.

Na fase seguinte o avanço dependerá de ganhos de produtividade. Essa perspectiva, desenhada na ata da reunião do Copom, é sustentada por alguns pressupostos. O mais importante é a confiança dos mercados na política econômica. Confiança pode ser uma barreira a pressões inflacionárias. Cotações internacionais de produtos básicos, alta dos juros americanos e tensões comerciais têm pressionado o câmbio e afetado os preços por atacado, mas até agora com pouco efeito no varejo.

Também esse fator, a ancoragem das expectativas, tem sido mencionado nas atas do Copom. Mas expectativas podem ser prejudicadas até antes da posse do governo, pela repetição de atitudes e falas desastradas. Sob alguns aspectos, o novo governo já começou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Tarifas resistem e têm alta de quase 10% em 12 meses

Apesar da perda de força da inflação como um todo, os preços de bens e serviços monitorados pelo governo vêm pressionando o orçamento das famílias. A inflação de monitorados ficou em 0,54% em outubro. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses desse grupo registrou alta de 9,90%.

A gasolina ficou 22,31% mais cara nos últimos 12 meses e registrou o maior impacto sobre o IPCA do período, o equivalente a 0,90 ponto percentual. A energia elétrica foi a segunda maior pressão sobre a inflação em 12 meses, com elevação de 16,69%, com contribuição de 0,60 ponto. Os dois itens, porém, devem perder força este mês.

O economista André Braz, da FGV, prevê forte desaceleração no próximo IPCA, graças a um recuo nos preços da gasolina nas refinarias e a entrada em vigor da bandeira amarela para a energia elétrica, que é mais barata. Por outro lado, o gás de botijão ficará mais caro.

“Não necessariamente o aumento no gás chegará ao consumidor de uma só vez. Nessa queda de braço, de um lado a gasolina e a energia elétrica, de outro o gás de botijão, acho que o saldo será de desaceleração”, calculou Braz.

D.A. e M.R.S.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Senado aprova corte em fundo para Educação

O Senado cortou pela metade uma das fontes de recursos do Fundo Social do Pré-Sal, destinado a investimentos em saúde e educação. Por meio de um projeto de lei, os senadores destinaram 50% dos recursos vindos da comercialização do petróleo do pré-sal, que iriam integralmente para o Fundo Social, para outro fundo, voltado para expansão de gasodutos e para o fundo de participação de Estados e municípios.

A proposta ainda precisa passar pela Câmara. O Brasduto contará com 20% dos recursos da comercialização do petróleo do pré-sal. Outros 30% serão destinados aos fundos de participação de Estados e Municípios. O fundo dos gasodutos ainda poderá contar com recursos do Orçamento.

O acordo para a votação do texto, que estava em um projeto de lei sobre o pagamento de multas indenizatórias a usuários de energia prejudicados por distribuidoras, teve apoio do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Ontem, os senadores retiraram da proposta o item que privilegia a seleção e construção de gasodutos que já obtiveram licenciamento ambiental. Agora, o critério de escolha será definido pelo comitê gestor do Brasduto. A rede de novos gasodutos já licenciados ampliaria a rede em 6,7 mil km.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: A incógnita das privatizações

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem avisado que pretende fazer um processo de privatização “acelerado” logo no início do governo — o assunto será pauta, hoje, de reunião dele com a equipe de transição. Pelas previsões

que Guedes fazia durante a campanha, a expectativa era arrecadar até R\$ 1 trilhão com a venda de estatais federais, e esses recursos seriam usados para reduzir a dívida pública, de R\$ 3,7 trilhões apenas em títulos no mercado doméstico. Contudo, analistas avisam que esse processo será complicado e, dificilmente, o novo governo conseguirá atingir a cifra, porque o valor está superestimado, pois nem todas as empresas despertarão interesse dos investidores.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, no entanto, defendeu a manutenção das estatais que mais despertam interesse dos investidores, como Petrobras, Eletrobras, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), mas não descartou a continuidade da venda de subsidiárias não relacionadas com a atividade principal de cada uma, como distribuidoras de energia e refinarias de petróleo. Não à toa, pelas contas de especialistas, a receita com esses ativos não deve superar R\$ 200 bilhões, mesmo incluindo essas empresas.

“Ainda precisamos saber o que o governo vai querer privatizar. Bolsonaro já interditou a inclusão das empresas que realmente são privatizáveis. O que sobra desses grupos é muito pouco em termos de arrecadação”, destaca a economista Elena Landau, que foi a diretora da área responsável pelo Programa Nacional de Desestatização do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ela ressalta que, mesmo com a venda das empresas consideradas mais atraentes, haverá frustração na receita. Pelas contas dela, o governo conseguirá arrecadar R\$ 140 bilhões com a venda de estatais listadas em bolsa. “O valor de mercado dessas empresas é maior do que isso, mas a participação do governo é menor e, portanto, esses R\$ 140 bilhões não terão um impacto grande na dívida pública. Se o ajuste fiscal que Paulo Guedes quer fazer depender da privatização, não vai haver ajuste fiscal, porque ele nem vai sair do papel. O que tem de fazer de fato é a reforma da Previdência”, alerta.

Braulio Borges, economista LCA Consultores, é um pouco mais otimista. Ele estima que o novo governo conseguirá vender 20% do total previsto inicialmente, ou seja, algo em torno de R\$ 200 bilhões, mas não imediatamente. Ao longo de uns dois ou três anos. “Essa previsão é um teto desse número mágico de R\$ 1 trilhão”, diz. Ele cita, inclusive, um levantamento feito pela Standard & Poor’s, que prevê uma receita de R\$ 170 bilhões com privatizações, no máximo.

Elena lembrou que todo processo de privatização é longo, pois depende de autorização do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU), o que leva meses ou até dois anos. E cada empresa que for vendida vai precisar de um projeto. “Não tem como fazer privatização a toque de caixa. Só se fechar o Congresso, mudar as leis e tirar o TCU do processo”, resume ela, acrescentando que o projeto precisará se preocupar em evitar monopólios e facilitar o

ambiente competitivo.

Analistas lembram que demais empresas cogitadas para serem incluídas no programa, como os Correios e estatais dependentes, casos de EBC, Infraero e Valec, são pouco atraentes e, portanto, não devem render uma receita expressiva. Apenas as quatro excluídas por Bolsonaro (BB, Caixa, Petrobras e Eletrobras), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas respectivas subsidiárias, respondem por 96% do total de ativos da União nas empresas públicas, restando apenas 4%, ou seja, R\$ 183,3 bilhões. Isso não significa, porém, que esse será o volume arrecadado. No caso dos Correios, segundo Borges, o interesse de investidores ocorre apenas na área de encomendas expressas: o Sedex, porque as demais atividades são deficitárias.

Gil Castello Branco, secretário geral da ONG Contas Abertas, também lamenta a falta de profundidade no debate eleitoral sobre o programa de privatizações de Bolsonaro. “Ainda não temos uma formatação do que será vendido. Por enquanto, temos apenas uma diretriz de campanha”, afirma.

Apesar da indefinição, investidores estrangeiros estão atentos sobre como Guedes pretende conduzir o processo, principalmente, na área de infraestrutura. “Há muito dinheiro lá fora aguardando o que o novo governo pretende anunciar sobre esses programas. Eles precisam ser bem desenhados, de forma a atrair o investidor estrangeiro, dando segurança jurídica para o negócio”, frisa o presidente da coreana Mirae Asset Global no Brasil, Jisang Yoo.

Inchaço

O número de estatais foi inflado durante os governos petistas. Em 2000, havia 103 empresas públicas sob o controle direto ou indireto da União, conforme levantamento feito pelas Contas Abertas. Em 2016, elas somavam 154. Na gestão Temer, foram vendidas ou extintas 16 empresas, resultando em 138 até junho.

Nos últimos meses, porém, o número de trabalhadores voltou a crescer. De acordo com dados Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, isso ocorreu em parte, devido à incorporação de trabalhadores de estados e municípios em hospitais administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que superaram as demissões voluntárias em curso. A empresa faz parte das 18 estatais dependentes. Em 2017, elas receberam do Tesouro Nacional R\$ 14,6 bilhões em subvenções — a maior parte dos recursos, R\$ 12,8 bilhões foi usada no pagamento de pessoal.

Essas 18 empresas possuem um patrimônio líquido de R\$ 8,2 bilhões, logo, a

venda delas não aliviará o caixa do governo, porque algumas precisam ser capitalizadas para se tornarem atraentes, lembram os especialistas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 08/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Aneel nega parcelamentos

Um dos assuntos que mais dá dor de cabeça nos agentes do setor elétrico e cuja resolução deve ser prioridade no próximo governo, o chamado GSF (risco hidrológico, na sigla em inglês) teve mais um desdobramento ontem. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou pedido de geradores hidrelétricos de energia de parcelar dívidas no mercado de curto prazo. A solicitação foi feita pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou uma liminar que isentava os associados do pagamento dos débitos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O passivo atual é de R\$ 9,8 bilhões, segundo o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri. O valor é referente ao ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que determina a divisão dos resultados da geração de energia entre hidrelétricas. Como houve seca, desde 2015 o setor está rateando prejuízos e não lucros. Para não pagar dívidas bilionárias, vários agentes entraram na Justiça e conseguiram uma liminar, suspensa pelo STJ.

A Apine, que realizou ontem, em Brasília, o 18º Encontro dos Associados para discutir, justamente, as prioridades do setor no próximo governo, entrou com pedido de cautelar na Aneel para parcelar a dívida. Mas o relator, diretor Sandoval de Araújo Feitosa, negou a solicitação por considerar que o valor a ser pago, de R\$ 120 milhões, não é “perturbador ou excessivo”.

Conforme Altieri, da CCEE, com a decisão, o passivo cai de quase R\$ 10 bilhões para R\$ 7 bilhões. “Os dois processos, da Apine (R\$ 2,3 bilhões) e de usinas do Proinfra (programa de fontes alternativas), somam R\$ 3 bilhões. No entanto, como elas também são credoras e a CCEE não tinha recursos para repassar, no encontro de contas o valor ficou menor”, explicou. Assim, para as geradoras da Apine, o montante a ser pago é de R\$ 120 milhões. Pelas usinas do Proinfra, dos R\$ 700 milhões devidos, R\$ 400 milhões terão de ser liquidados. “Restam dois passivos importantes, relativos à Light e à Chesf”, disse Altieri.

Para o presidente da Apine, Guilherme Velho, a tentativa da associação foi legítima. “Existem alguns geradores que estão com poucos créditos e teriam de arcar com valores expressivos”, justificou. “O caminho mais correto foi pedir à Aneel para solicitar que a CCEE convocasse os credores, a fim de tentar uma negociação.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Fabio Graner | De Brasília

Título: Moreira ainda quer MP para destravar gasodutos

A menos de dois meses da troca de governo, o Ministério de Minas e Energia está encaminhando ao presidente Michel Temer uma medida provisória para destravar investimentos em gasodutos no país. O objetivo da MP, conforme antecipou ao **Valor** o ministro Moreira Franco, é permitir que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) dê aval para novos projetos por meio de autorizações. Pela lei atual, os empreendedores têm que aguardar leilões da agência para construir dutos sob o regime de concessão.

De acordo com Moreira, a equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, não foi consultada sobre o assunto, mas isso não constitui problema. "Não existe começo ou fim de governo. Pensamos o país com continuidade e o presidente [Temer] trabalha até o dia 31 de dezembro", disse o ministro. "Se eles não quiserem, retirem a MP [do Congresso Nacional]. É direito deles, mas também é obrigação nossa resolver os problemas."

Mudar o regime pelo qual os gasodutos são construídos parece uma filigrana técnica, mas pode ter efeito direto na velocidade com que novos projetos saem do papel. Com a Lei do Gás, sancionada em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio do Lula da Silva, os dutos precisam ser incluídos no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário para serem leiloados pela ANP.

No novo modelo, bastará ao transportador interessado pleitear à agência uma autorização para o projeto. "Não há por que fazer leilão de gasoduto. A agência precisa de autonomia para fazer autorização. Em qualquer país do mundo é assim", disse Moreira.

Ontem à noite, o plenário do Senado aprovou projeto de lei que cria um programa chamado Brasduto, cujo objetivo é aumentar a malha de transporte de gás com financiamento por 20% da receita obtida com a venda de petróleo

do pré-sal pertencente à União. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

Em referência indireta ao projeto, Moreira lamentou que investidores busquem articular soluções no Congresso Nacional para garantir subsídios. "E subsídio, no Brasil, não tem prazo. Quando se consegue um, é para sempre."

O projeto tem outro ponto rejeitado pelo ministro, que é uma solução legislativa para o risco hidrológico das usinas hidrelétricas, uma novela que se arrasta há anos e tem levado à paralisia da liquidação financeira das operações de compra e venda de energia. "É a Aneel quem deve resolver. É uma questão regulatória."

Com isso, Moreira sinaliza que, se o projeto for aprovado pela Câmara nas próximas semanas e chegar ao Palácio do Planalto para sanção de Temer antes da virada do ano, esse ponto deverá receber recomendação de veto pela pasta.

Em entrevista na terça-feira para fazer um balanço de sua gestão, o ministro apontou a necessidade de reforma do setor elétrico como uma agenda necessária. "Temos no Brasil um modelo soviético, que precisa ser desmontado." Segundo ele, não só o peso do Estado em sua concepção foi muito grande, como há falta de transparência, multiplicação de conselhos e comitês, uma enormidade de subvenções embutidas nas tarifas. "Nenhum consumidor sabe que 51% do que ele paga é subsídio e imposto."

No meio do núcleo decisório do governo Temer, Moreira revelou ter se impressionado com a dificuldade da máquina pública em resolver situações. Um dos exemplos que ele menciona é a revisão do contrato de cessão onerosa de blocos do pré-sal à Petrobras. Ainda não houve acordo entre as partes - por detalhes.

"A Constituição de 1988 foi extremamente positiva, mas trouxe uma tendência de diminuir a ação do Poder Executivo. A experiência da ditadura militar parece ter feito os constituintes enxergarem no Poder Executivo algo prejudicial aos interesses da sociedade. Daí o fortalecimento dos órgãos de controle, que passam a ser um empecilho. As pessoas [no Executivo] têm medo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Troca de térmicas a óleo por gás no NE vai expandir potência, diz EPE

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reive Barros dos Santos, rebateu críticas de parte do mercado de energia elétrica contra o leilão especial de contratação de novas termelétricas a gás natural no Nordeste, em estudo pelo governo.

Segundo o executivo, o leilão é "conceitualmente diferente" dos certames realizados anteriormente. Reive explicou que o leilão em estudo tem o objetivo de expandir a capacidade de potência do subsistema Nordeste, caracterizado pela forte expansão de fontes intermitentes e voláteis, como eólica e solar, e agravamento das condições hidrológicas da bacia do rio São Francisco.

"A ideia de que se estará comprando energia de forma como se comprou nos últimos 15 anos é equivocada. O sistema mudou e novas formas de expandir e contratar a oferta devem ser introduzidas", disse ao **Valor**. "Com efeito, este leilão é conceitualmente diferente dos realizados anteriormente. O objetivo é expandir a capacidade de potência do sistema."

A ideia de realização de um leilão específico para contratação de energia termelétrica a gás no Nordeste está inserida no âmbito da consulta pública aberta em 23 de outubro pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**, com o intuito de discutir formas de contratação de novas térmicas nos três maiores submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN): Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Sul. De acordo com a EPE, serão acolhidas todas as contribuições ao processo para, em seguida, ser feito um relatório, o qual norteará as diretrizes para o leilão no Nordeste.

A iniciativa tem recebido críticas de parte do setor elétrico, devido ao potencial de elevação de custos com a contratação dessas usinas e que deverão ser repassados aos consumidores.

"O objetivo é a contratação de potência associada à energia de reserva. Busca-se contratar exclusivamente potência para firmar as fontes renováveis de energia cuja parcela na matriz energética passará dos atuais 14,8 mil MW [megawatts] para mais de 35 mil MW em 2027", disse Reive, citando números previstos no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, recém-divulgado pela estatal de estudos energéticos.

Segundo Reive, o leilão de contratação de potência de novas térmicas a gás associada à energia de reserva no Nordeste, assim como o leilão de transmissão previsto para 20 de dezembro, com investimentos estimados em R\$ 13,5 bilhões, e os leilões de energia existente "A-1" e "A-2", em 7 de dezembro, não podem ser adiados para o próximo ano. "São medidas importantes e que devem ser feitas para atender uma questão maior, quais sejam, a segurança no suprimento e prover a expansão do setor."

Reive destacou ainda que estudos elaborados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e da EPE recomendam ao MME a contratação de térmicas a gás para assegurar a adequada operação do SIN.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Cessão onerosa

O plenário do Senado aprovou o requerimento de urgência para o projeto que permite a venda pela Petrobras de áreas da cessão onerosa. O projeto de lei inclui ainda dispositivos que vão facilitar a revisão do acordo entre União e Petrobras sobre o tratamento dos excedentes de petróleo estimado sobre o volume de 5 bilhões de barris definidos no contrato.

IGP-Di desacelera

O IGP-DI foi de 0,26% em outubro, ante 1,79% de setembro, e acumula alta de 8,8% no ano e de 10,5% em 12 meses. Em outubro de 2017, o índice recuava 1,07% em 12 meses. O atacado (peso de 60%) desacelerou de 2,54% em setembro para 0,17%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC, 30% de peso) subiu de 0,45% em setembro para 0,48%. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) passou de 0,23% para 0,35%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Hidrelétricas propõem acordo para GSF de 2015

Enquanto o governo tenta pela terceira vez, apenas neste ano, aprovar um projeto de lei que permita o fim da guerra de liminares sobre o déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), o setor elétrico segue negociando uma solução infralegal para o problema. Na segunda-feira, os geradores hidrelétricos que concentram a maior parte da inadimplência do

mercado de curto prazo de energia relacionada ao risco hidrológico propuseram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a repactuação de toda a exposição acumulada em 2015, da ordem de R\$ 1 bilhão.

Em troca, pedem a extensão das concessões, com base na Lei 13.203, de 2015, que fixou as bases para repactuação do risco hidrológico para hidrelétricas do mercado livre e regulado. Naquela época, só os geradores regulados aderiram ao acordo, enquanto as usinas com contratos no mercado livre mantiveram a briga na Justiça.

A proposta, ainda sendo analisada pela Aneel, foi apresentada na segunda-feira, em resposta ao acordo infralegal sugerido pela agência reguladora, que foi considerado desfavorável para os geradores. Participam da negociação as cinco principais credoras do mercado de curto prazo de energia: AES Tietê, China Three Gorges (CTG), Enel, Brookfield e Light.

A ideia da Aneel, também baseada na Lei 13.203, era dar aos geradores a possibilidade de adquirir um "prêmio de risco" em contratos de energia de reserva, como força de proteção para o risco hidrológico no futuro, sem tratar dos efeitos passados, como reivindicado pelos geradores.

Pela leitura dos geradores, que fizeram a proposta sob representação da Associação de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), a lei em questão permite a repactuação apenas de 2015, recebendo, em troca, o "ressarcimento" do descolamento hidrológico por meio da extensão da concessão, limitada a 15 anos.

Os geradores pedem ainda que o prazo de extensão da concessão seja calculado com os mesmos parâmetros utilizados no acordo com as usinas, corrigidos desde 2015. Outro pleito é que a Aneel faça um alinhamento da questão com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), para garantir que a extensão de concessão seja reconhecida no ativo regulatório das empresas.

Além da saída para o problema passado do GSF, os geradores cobram da agência reguladora aprimoramentos em algumas questões que reduzirão o risco hidrológico no futuro, como o deslocamento das hidrelétricas causado pela antecipação de garantia física de projetos estruturantes e por atrasos em transmissão.

Essas questões, que podem ser resolvidas pela Aneel com o aprimoramento das regras do setor, estavam de certa forma abordadas na Medida Provisória (MP) 844, que caducou em junho, e num projeto de lei rejeitado pelo Senado em outubro. Os dois textos tinham como principal objetivo viabilizar a venda das distribuidoras da Eletrobras, e traziam junto a solução do GSF.

A proposta rejeitada expurgava do GSF todos os fatores não relacionados à hidrologia, como despacho de termelétricas fora da ordem de mérito e atrasos em transmissão, com efeitos retroativos a 2013. Esses valores seriam calculados e revertidos em extensão das concessões das usinas, em troca da desistência das liminares. O mesmo texto foi incluído por meio de uma emenda no Projeto de Lei do Senado (PLS) 209/2015, e teve o aval do Senado ontem para prosseguir para a Câmara.

Nesse caso, apenas o deslocamento das hidrelétricas não motivado por questões hidrológicas é que será ressarcido aos geradores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: 'Juniors' apostam em novo marco para ter mais crédito

As mineradoras de pequeno e médio portes, conhecidas na indústria como "juniors", têm a perspectiva de ampliar a curto prazo as opções de apoio financeiro para projetos. As novas oportunidades podem surgir a partir da entrada em vigor do decreto nº 9.406/2018, que moderniza o atual Código de Mineração, de 1967. O decreto, no artigo 44, prevê que a Agência Nacional de Mineração (ANM) - ainda por ser instalada - estabeleça alternativas para que as "juniors" possam oferecer direitos minerários em garantia de financiamentos.

O Código de Mineração de 1967 prevê, no artigo 55, que concessões de lavra sejam dadas em garantia e, na prática, há exemplos de penhor desse tipo de direito minerário, diz o advogado Pedro Garcia, do Veirano Advogados. No decreto 9.406/18, também existe a previsão, no artigo 43, que a concessão de lavra possa ser oferecida em garantia de financiamentos. Mas é o artigo 44 do decreto que abre a possibilidade de a ANM inovar ao permitir a oneração não só da concessão de lavra, mas também de outros direitos minerários, desde a fase de pesquisa, diz Garcia.

Os direitos minerários são estabelecidos em fases anteriores à etapa de produção do bem mineral, seja ele o minério de ferro, o níquel, o cobre e o ouro, para citar somente alguns exemplos. Esses direitos começam com a autorização de pesquisa, e incluem outras etapas, como o relatório final de pesquisa e o requerimento de lavra, quando se apresentam as reservas calculadas, o plano de aproveitamento econômico e a licença ambiental de instalação. Ao fim do processo, no momento em que o requerimento de lavra é

aprovado, ele torna-se, efetivamente, uma concessão e a mineradora obtém o título minerário.

Garcia afirmou que parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de 2009 determinou que só a concessão de lavra seria um direito minerário passível de avaliação econômica e, portanto, em condições de ser oferecida como penhor em operação de crédito. O advogado considera a interpretação errada uma vez que há autorizações de pesquisa que são negociadas por "dezenas de milhões de dólares" no Brasil, diz Garcia. A expectativa das "juniors" é que a ANM, a partir da sua instalação, modifique essa situação. Caberá à agência, via resolução, detalhar como o direito minerário será dado em garantia, e se haverá possibilidade de que a fase de pesquisa também seja considerada como direito minerário para fins de garantia em operações financeiras, como querem as pequenas e médias mineradoras.

Luis Mauricio de Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), disse que caberá à ANM definir, em resolução, outras possibilidades de penhor, além da concessão de lavra, incluindo a autorização de pesquisa e o requerimento de lavra como direitos passíveis de serem oferecidos como garantia de financiamentos. Azevedo disse que o uso do direito mineral como garantia é uma questão que interessa às "juniors" pois as grandes mineradoras têm outras formas de se financiar, como a emissão de bônus, por exemplo.

Empresas de pesquisa esperam que agência permita uso mais amplo de direitos minerários em empréstimos

O executivo fez levantamento, com base no site especializado Mining Dataonline, que mostra que dez projetos de mineradoras "juniors" somam investimentos de cerca de US\$ 2 bilhões no Brasil nas áreas de ouro, cobre e ferro níquel. Grande parte desses projetos ainda busca formas de se financiar, disse Azevedo. Segundo ele, é na fase da pesquisa que a pequena e a média mineradoras precisam de dinheiro para se financiar. Permitir usar o direito minerário como garantia de financiamento somente após a obtenção do título mineral não resolve o problema da necessidade de capital das "juniors", diz o presidente da ABPM.

Hoje, frente à falta de alternativas, as mineradoras "juniors" oferecem participações acionárias a investidores para se financiar e recorrem a operações de vendas antecipadas de fluxos de produção, entre outros mecanismos. Uma "junior" bem-sucedida é a Largo Resources, produtora de vanádio na Bahia, que se valeu de diversos instrumentos de financiamento para tornar seu projeto viável. Na fase de pesquisa, a empresa tinha estudo de viabilidade da reserva e nível baixo de risco, o que mostrava boas perspectivas, disse Nilson Chaves,

vice-presidente financeiro da Largo. "Somos um unicórnio", afirmou, referindo-se ao valor de mercado da empresa, que superou US\$ 1 bilhão em bolsa.

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiou a Largo, a nova regulação do setor deve mitigar riscos jurídicos, e permitir que o banco estruture financiamentos que englobem um conjunto de garantias, incluindo o direito minerário, disse Pedro Mesquita, gerente da área de indústria do banco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Rafael Bitencourt e Camila Maia | Do Rio, Brasília e São Paulo

Título: Aneel rejeita pedido de geradores sobre liquidação do mercado à vista

Os geradores hidrelétricos tiveram dois contratempos ontem na disputa legal sobre o déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês). Primeiro, a Justiça rejeitou um pedido da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) para suspender a liquidação das operações do mercado de curto prazo que será concluída hoje. O mesmo pleito foi rejeitado pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que negou ainda o pedido de parcelamento dos montantes devidos.

A liquidação do mercado à vista de energia será concluída hoje pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com a cobrança dos passivos dos associados da Apine relacionados ao risco hidrológico, com efeitos retroativos a fevereiro deste ano.

Os associados da Apine estavam protegidos da exposição ao risco hidrológico desde julho de 2015, mas perderam a liminar em fevereiro deste ano. Em maio, a decisão voltou a valer, mas foi derrubada novamente em outubro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo a CCEE, se a decisão continuasse vigente, a inadimplência relacionada ao GSF no mercado à vista, que estava em R\$ 8,8 bilhões mês passado, subiria para R\$ 9,8 bilhões na operação que será concluída hoje. Os associados da Apine respondem por R\$ 2,4 bilhões desse montante, mas só devem desembolsar R\$ 120 milhões, uma vez que muitos são também credores do mercado.

A Apine havia entrado com o mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) solicitando a isenção do pagamento até que a Aneel julgasse o pedido da entidade relativo ao parcelamento das despesas referentes a liquidação de hoje.

A decisão da Aneel foi tomada em reunião extraordinária da diretoria, dedicada a tratar exclusivamente desse processo. O diretor-relator, Sandoval Feitosa Neto, ressaltou que não há urgência ou risco de colapso financeiro dos associados da Apine, pois a entidade responde por apenas R\$ 120 milhões em pagamentos a serem realizados nesta semana. "Não representa dano irreparável aos requerentes", disse o relator.

Além disso, os diretores da agência reguladora recusaram o parcelamento pois a Apine continuará na Justiça brigando pelo período de julho de 2015 a fevereiro deste ano. O pedido de parcelamento só é considerado quando a empresa desiste de discutir o tema no Judiciário.

Durante a reunião, os diretores da Aneel registraram incômodo com a circunstância na qual foi apresentado o pedido cautelar da Apine. A associação protocolou a solicitação em véspera de feriado, na noite do dia 31 de outubro. Já no último domingo, ingressou com novo pedido de liminar na Justiça Federal alegando "ato omissivo da diretoria".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Ultrapar lucra menos

A Ultrapar, holding do grupo Ultra, obteve lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 327,3 milhões no terceiro trimestre, queda de 40% na comparação anual. O lucro líquido consolidado foi de R\$ 323 milhões, baixa de 41%, influenciado principalmente pelo menor resultado da Ipiranga e desempenho negativo da Extrafarma. De julho a setembro, a receita líquida subiu 17%, para R\$ 23,8 bilhões, enquanto o lucro bruto caiu de R\$ 1,98 bilhão para R\$ 1,63 bilhão. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado trimestral teve retração de 30%, para R\$ 850 milhões. Ao fim do terceiro trimestre, a dívida líquida estava em R\$ 9,19 bilhões, comparável a R\$ 8,93 bilhões em junho. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 2,94 vezes, frente a 2,55 vezes três meses antes.

Lucro da CSN sobe

A CSN obteve lucro líquido de R\$ 721,5 milhões no terceiro trimestre, aumento de 218,6% em relação ao resultado do mesmo intervalo de 2017, de R\$ 256

milhões, refletindo a forte melhora do resultado operacional. A receita líquida subiu 28% no trimestre, para R\$ 6,165 bilhões. Em siderurgia, a receita subiu 20,6%, R\$ 4,1 bilhões. A receita de mineração somou R\$ 1,66 bilhão, alta de 37,8%. A receita de logística, por sua vez, cresceu 11%, para R\$ 471 milhões. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) cresceu 34%, para R\$ 1,63 bilhão, refletindo a melhora operacional da companhia, especialmente em mineração e logística. O endividamento medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda continuou em queda, chegando a 4,93 vezes no fim de setembro, ante 5,48 vezes no mesmo período de 2017.

Tupy no azul

A metalúrgica Tupy registrou lucro líquido de R\$ 88,6 milhões no terceiro trimestre de 2018, um avanço de 16% na comparação com o mesmo período do ano passado. Houve um efeito fiscal antes de impactos cambiais no montante de R\$ 13,6 milhões. Esse efeito sobre a base tributária foi apurado em pesos mexicanos. Na conversão para o dólar americano, foi registrado aumento de R\$ 11,2 milhões, o que beneficiou o lucro para R\$ 88,6 milhões. A receita teve um crescimento de 36,6% na comparação anual, para R\$ 1,3 bilhão.

Cosan tem ganho menor

O lucro líquido da Cosan S.A. recuou 91% no terceiro, ante o mesmo período do ano passado, para R\$ 44 milhões. A receita cresceu 40,6% no intervalo, para R\$ 2,9 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) registrou queda de 35,1%, a R\$ 931 milhões. A companhia obteve Ebitda ajustado pro forma de R\$ 1,205 bilhão, com redução de 25,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Gerdau vê país em 2019 com otimismo

Após registrar no terceiro trimestre o melhor resultado operacional dos últimos dez anos, embalada principalmente pelo desempenho no Brasil e na América do Norte, a Gerdau está otimista quanto às perspectivas de negócios em 2019 e com o novo governo brasileiro. As duas principais operações da siderúrgica,

disse o presidente Gustavo Werneck, devem se beneficiar do crescimento econômico e do impacto de medidas governamentais tanto no país quanto nos Estados Unidos, e a companhia está preparada para elevar a oferta se houver necessidade.

Ao mesmo tempo, a Gerdau manteve a previsão de investimentos de R\$ 1,2 bilhão em 2018 - o orçamento do próximo ano está sendo elaborado neste momento - e informou que encerrou o programa de venda de ativos, que rendeu mais de R\$ 7 bilhões desde 2014, concentrando-se a partir de agora nas operações com maior rentabilidade nas Américas.

"Esperamos que o presidente eleito busque melhorar a competitividade do país. As indústrias do aço e da transformação são estratégicas para a retomada do crescimento", disse o executivo. No Brasil, a expectativa é que o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), implemente as reformas da Previdência e tributária, o que pode levar a um ciclo de crescimento mais intenso. Os primeiros sinais nesse sentido são positivos, conforme Werneck. "[2019] tem tudo para ser um ano melhor e a Gerdau está preparada para retomar a operação em unidades foram hibernadas", afirmou.

Na operação brasileira, a taxa de ocupação das unidades está em 72% e há ativos parados na Bahia e no Paraná. À medida que o consumo aumente no mercado doméstico, a siderúrgica tem condições de elevar a oferta "no curtíssimo prazo", sem comprometer as exportações. Em outras unidades, há ainda a possibilidade de aumentar o número de turnos. Por outro lado, a pressão de custos proveniente das matérias-primas vista neste ano deve perdurar ao longo do ano que vem.

Para a América do Norte, a perspectiva também é positiva no ano que vem, com expansão da economia, baixa taxa de desemprego e maior demanda da indústria e da construção. "Vemos investimentos em novas capacidades também, o que deve gerar aumento da concorrência interna", ponderou Werneck. Quanto ao governo Trump, a percepção é que o próximo foco será o desenvolvimento de um plano de investimentos em infraestrutura, que deve se refletir em maior consumo de aço.

Sobre o mercado de aço global, a previsão no geral é otimista, com alta de 1,4% na demanda conforme projeção da World Steel Association (Worldsteel). O crescimento deve ser alavancado pela retomada de investimentos e melhoria de desempenho de economias emergentes, apesar do ambiente de tensões comerciais, comentou o executivo.

De acordo com Werneck, o conjunto de resultados no terceiro trimestre, com destaque para o melhor resultado antes de juros, impostos, depreciação e

amortização (Ebitda) desde 2008 e o terceiro melhor da história, confirmam que a estratégia adotada pela companhia tem sido acertada. "Dá a certeza quanto à estratégia de ampliar rentabilidade das operações e reduzir os indicadores de endividamento, com uma gestão bastante austera dos custos".

Além da melhora dos preços internacionais do aço, o câmbio desvalorizado contribuiu para o desempenho positivo. Na América do Norte, o desafio lançado no início do ano era alcançar margem Ebitda de dois dígitos, o que ocorreu no intervalo, com a expansão do indicador de 6% para 10,5%. No Brasil, a melhora da demanda doméstica, sobretudo com a retomada da indústria automobilística, contribuiu para os resultados.

Siderúrgica teve lucro líquido de R\$ 790,5 milhões no 3º trimestre, e aumento de 35,5% na receita líquida

A siderúrgica teve lucro líquido de R\$ 790,5 milhões no trimestre, 5,4 vezes acima do resultado apurado um ano antes. Considerando ajustes por itens não recorrentes, o ganho foi de R\$ 998 milhões, quase sete vezes mais que os R\$ 145 milhões registrados um ano antes e o melhor desde 2008. O lucro operacional antes da linha financeira e impostos mais que dobrou, para R\$ 1,27 bilhão. A margem bruta, por sua vez, passou de 10,3% há um ano para 14,5%, uma vez que o aumento da receita líquida por tonelada comercializada mais que compensou o aumento do custo por tonelada vendida.

A receita líquida trimestral subiu 35,5%, para R\$ 12,84 bilhões, ao mesmo tempo em que os custos subiram em ritmo menor (29%), para R\$ 10,97 bilhões. A receita consolidada foi impulsionada pela maior receita líquida por tonelada em todas as unidades de negócio, na esteira dos preços internacionais superiores do aço.

A produção de aço bruto, porém, recuou 2,3%, para 3,97 milhões de toneladas, enquanto as vendas caíram 4,6%, a 3,69 milhões de toneladas, refletindo a venda da operação no Chile e a parada para manutenção do alto-forno 2 em Ouro Branco (MG).

O Ebitda ajustado alcançou R\$ 2,01 bilhões, alta de 72,6%, com margem Ebitda de 15,7%. Ao fim do trimestre, a dívida líquida da Gerdau estava em R\$ 14,72 bilhões, frente a R\$ 15,17 bilhões três meses antes. A alavancagem financeira medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado caiu 0,5 vez, para 2,2 vezes, o melhor indicador desde 2012.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/11/2018****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: FS Bioenergia começa a construir nova usina de etanol de milho**

Pioneira na produção de etanol apenas à base de milho no Brasil, a FS Bioenergia, joint venture entre a Summit Agricultural Group e a Tapajós Participações (ex-Fiagril), deu largada oficial ontem à construção de sua segunda usina de biocombustível em Mato Grosso. O investimento - que totalizará pouco mais de R\$ 1 bilhão, como já informou o **Valor** - será "fatiado" em duas etapas, e a primeira parte da unidade - localizada em Sorriso - deve começar a entregar etanol ao mercado em fevereiro de 2020.

Quando entrar em operação, a usina deve se beneficiar do primeiro ano do programa RenovaBio, que pagará produtores de biocombustível pela redução das emissões de gás carbônico.

A primeira fase da construção demandará um aporte de R\$ 700 milhões e permitirá a produção de até 265 milhões de litros de etanol por ano, a partir do processamento de 630 mil toneladas de milho. A segunda etapa, que será iniciada em um momento ainda não definido, duplicará a capacidade da usina, para 530 milhões de litros anuais. Essa fase exigirá um investimento de R\$ 350 milhões.

"Nossa ideia de antecipar a construção com uma primeira fase é para acessar o mercado mais cedo. Construir a obra toda de uma vez só tomaria um tempo mais longo", explica Rafael Abud, CEO da companhia.

A construção de uma nova usina de etanol em Mato Grosso adiciona capacidade de produção em um Estado que já produz mais biocombustível do que consome. Atualmente, apenas o excedente da FS Bioenergia é vendido à região Norte, e a perspectiva é começar a vender os novos volumes ao Pará, ainda pouco atendido, segundo o executivo.

A FS Bioenergia entrou no segmento de etanol à base de milho em 2017, com produção em usina construída em Lucas do Rio Verde (MT). A unidade, que utiliza apenas milho como matéria-prima (tecnologia conhecida como "full", diferente das usinas "flex", que também usam cana como matéria-prima), está sendo duplicada atualmente. A obra deve ficar pronta em fevereiro de 2019.

Os preparativos para a construção da nova unidade, já movimenta os negócios de milho na região de Sorriso. Como essa usina começará a operar em uma época de entressafra do milho em Mato Grosso, a FS Bioenergia está fechando contratos de compra do grão que será colhido na próxima safra (inverno) e será estocado até que a unidade comece a operar.

A aquisição antecipada de matéria-prima passará a fazer parte da estratégia comercial da companhia, que também estuda outras ações para estreitar o relacionamento com os produtores. Segundo Abud, a FS Bioenergia está avaliando fornecer insumos em troca do milho (barter) e, eventualmente, até pagar um incentivo aos produtores que fornecerem o grão para a produção do biocombustível.

"O objetivo é apoiar o produtor a ser mais produtivo. Há um caminho enorme para ganho de produtividade em Mato Grosso", afirma o executivo. Atualmente, a produtividade do milho safra no Estado está em torno de 100 sacas por hectare. "Os mais tecnificados já produzem 150 sacas por hectare, mas nos Estados Unidos já se produz perto de 200 sacas por hectare", compara.

Para estimular o aumento da produtividade agrícola, a companhia reservará área em seu terreno em Sorriso para cultivos experimentais de milho e para demonstrações de novas tecnologias, como insumos e material genético.

A nova usina também dependerá do fornecimento de cavaco de eucalipto, que serve de biomassa para a cogeração de energia que abastece a unidade. A companhia está realizando parcerias com produtores do meio-oeste mato-grossense para o plantio de 30 mil hectares de eucalipto, que poderão abastecer de biomassa suas duas usinas no Estado.

Até o momento, foram feitas parcerias para o plantio de 5 mil hectares, boa parte dos quais já foi semeada, afirma Abud. Para garantir o financiamento desse cultivo, a FS Bioenergia realizou um convênio com o Sicredi, que poderá financiar os futuros produtores de eucalipto da região, e agora está buscando outras instituições financeiras que também possam oferecer crédito para o eucalipto no Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Variação cambial levou Biosev a fechar segundo trimestre da safra com perdas

A reestruturação de dívida bilionária realizada pela Biosev (controlada da Louis Dreyfus Company) no início do ano contribuiu para que a companhia pudesse ter mais flexibilidade operacional e aliviasse inicialmente as despesas financeiras no segundo trimestre da safra atual, a 2018/19 (encerrado em setembro). Mas a forte valorização do dólar no período teve um forte efeito (contábil, mas não no caixa) sobre as despesas financeiras, dado que a maior parte da dívida é dolarizada. Com isso, a empresa registrou um prejuízo líquido de R\$ 155,6 milhões no segundo trimestre do ciclo atual.

No mesmo trimestre da safra passada, a companhia lucrou R\$ 32,9 milhões, mas a variação cambial havia contribuído de forma positiva com R\$ 216 milhões.

No total do primeiro semestre, a variação cambial retirou R\$ 664,5 milhões do resultado contábil - correspondendo ao prejuízo do período, de R\$ 662 milhões.

O desempenho financeiro continuou sendo um fator negativo para o balanço da Biosev, embora o peso esteja menor. Com a reestruturação da dívida, a despesa com juros caiu, reduzindo em 9,8% as despesas financeiras líquidas, para R\$ 162,3 milhões.

No trimestre, a Biosev pagou R\$ 449,2 milhões em amortizações, além de juros, o que acabou consumindo caixa. Por isso, mesmo com redução da dívida bruta, a dívida líquida subiu 4,9% ante o trimestre anterior, a R\$ 5,2 bilhões. Mas o valor a ser pago no curto prazo era de R\$ 511 milhões, abaixo do montante em caixa, de R\$ 859 milhões, de acordo com dados do balanço.

A retirada da pressão de curto prazo permitiu que a companhia tenha mais flexibilidade comercial. "Agora temos capacidade de gerenciar melhor os estoques e ter ganhos no momento certo de vender. Não tem mais a loucura de vender logo", disse Gustavo Theodoro, diretor financeiro e de relações com investidores da Biosev.

A companhia de fato armazenou mais produto. Em 30 de setembro, havia 459 milhões de litros de etanol em seus estoques, 33% a mais do que um ano antes. No caso do açúcar, havia 302 mil toneladas, um aumento marginal. Segundo Juan José Blanchard, que assumiu a presidência da companhia em junho, o aumento dos estoques de etanol se deu graças à estratégia de carregamento e também pela decisão de maximizar a produção do biocombustível, que chegou a um patamar recorde.

O desempenho operacional da Biosev começou a se recuperar, apesar do cenário de mercado adverso. A redução da produção e das vendas de açúcar nesta safra fizeram a receita líquida da empresa no último trimestre recuar

17,8%, para R\$ 1,5 bilhão (desconsiderando efeitos de hedge da dívida). Mas ajustes internos, sobretudo na estrutura administrativa, compensaram esse efeito.

A redução de gastos com vendas e de despesas permitiu que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado (também excluídos os efeitos de hedge da dívida) crescesse 34,1%, a R\$ 538,5 milhões. A margem Ebitda ajustada (excluídos os mesmos efeitos) subiu 6 pontos, para 39,1%.

A venda da Usina Estivas, em Arês (RN), fechada em setembro por R\$ 203,6 milhões, ainda depende de aprovação de órgãos reguladores. Segundo Theodozio, a expectativa é que o negócio seja concluído até o fim desta safra, o que deve fortalecer o caixa neste exercício. Sobre a venda da Usina Giasa, em Pedras de Fogo (PB), Blanchard disse que "ainda não tem nada definido ou assinado".

MME / ASCOM .